

O lugar da Educação Inclusiva/Especial na formação dos licenciados em História no Piauí.

Monise Carla da Silva Amancio¹
Dra. Carla Silvino de Oliveira²

RESUMO

A presente produção utiliza-se como instrumento basilar de pesquisa a formação de professores para a Educação Inclusiva/ Especial nos cursos de licenciatura do Piauí, objetivando apresentar uma análise acerca do lugar onde a mesma encontra-se na construção dos licenciados de história no Piauí. Tendo em vista o grande aumento de crianças laudadas com transtornos ou habilidades excepcionais, as quais são atendidas pela inclusão educacional. Portanto torna-se necessário verificar qual é a formação dos professores, especialmente da área de história para acolher, orientar e mediar ações no campo da inclusão educacional. Assim, a pesquisa possui o intuito de identificar através da legislação educacional a relação entre educação especial e formação dos professores, compreender em que medida, a educação especial é contemplada nas diretrizes curriculares para os cursos de formação dos licenciados e identificar o lugar da educação especial nos currículos dos cursos de licenciatura em História no Piauí. Para isso são analisados documentos como a Lei de Diretrizes e Bases (1996), a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) a fim de examinar em que maneira a mesma é assegurada. Além disso, é feita uma averiguação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de história das universidades públicas selecionadas (Floriano, Oeiras, Parnaíba, Picos e Teresina/PI) com a finalidade de localizar em que medida a educação de pessoas com deficiência é alcançada.

Palavras-chave: Formação docente; Educação Inclusiva/Especial; Licenciados de História

INTRODUÇÃO

A presente produção utiliza-se como objeto basilar de pesquisa a formação docente para a Educação Inclusiva nos cursos presenciais³ de licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), objetivando apresentar uma análise acerca do lugar onde a mesma se encontra na formação dos licenciados em História no Piauí, tendo em vista o grande aumento de crianças laudadas com transtornos ou habilidades excepcionais, as quais são atendidas pela inclusão educacional nas salas regulares da educação básica do ensino fundamental anos finais e ensino médio.

De acordo com informações concedidas pelo Ministério da Educação (MEC⁴), atualmente, o número de crianças atendidas pela educação inclusiva tem aumentado a

¹ Graduanda do curso de licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Piauí(CSHNB). E-mail: kochcarla0@gmail.com.

² Professor orientador: titulação, Faculdade Ciências - UF, orientador@email.com.

³ Ressalta-se a existência de cursos de licenciaturas em História pelo CEAD e PARFOR, os quais não são objeto de análise.

⁴Dados disponíveis no site do MEC: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74371-cresce-a-cada-ano-o-numero-de-criancas-atendidas-pela-educacao-especial-no-brasil>. Acesso em 31/10/2023.

cada ano. Os desafios permanecem, no entanto, a importância desse movimento ganha mais força nas instituições de ensino, as quais são atendidas pela educação básica, o que certamente reflete no ensino fundamental anos iniciais, tendo em vista que, ao passar dos anos, essas crianças serão adolescentes ingressos no ensino fundamental anos finais e ensino médio. Diante do desafio exposto, cabe refletir sobre como os profissionais de História poderão acolher, orientar e conduzir suas aulas com práticas pedagógicas inclusivas?

Ainda conforme os dados estatísticos do MEC, em 1998, cerca de 200 mil crianças que necessitavam de educação especial estavam matriculadas em escolas comuns da educação básica. Em 2014, esse número já havia chegado a quase 700 mil, distribuídas em mais de 145 mil escolas em todo o país. Em 2017, o número de alunos na educação especial ultrapassou um milhão, aumentando para 1,18 milhão em 2018, representando um crescimento de quase 11% em apenas um ano. A grande maioria, mais de 992 mil, estuda em escolas públicas regulares, tornando assim urgente o repensar a formação dos licenciados para a educação inclusiva.

Com isso, torna-se visível a necessidade tanto de uma formação mais ampla e diversificada para os profissionais de História, quanto também a carência de pesquisas desenvolvidas sobre a educação inclusiva, haja vista que, ao realizar uma pesquisa no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e analisar os trabalhos que dissertam acerca dessa temática, constata-se que nenhum trabalho específico sobre educação inclusiva voltado para a área da História foi encontrado, denotando dessa forma a grande problemática que envolve essa temática, uma vez que os dados apontam um crescimento alarmante que afetam os professores historiadores.

Diante do contexto exposto, o objetivo central da pesquisa trata-se de compreender o lugar da Educação Inclusiva/Especial na formação dos licenciados em História das Universidades Públicas do Estado do Piauí. Com isso, cabe delimitar alguns objetivos mais específicos, sendo primeiramente: observar, através da legislação educacional, a relação entre educação especial, educação inclusiva e formação dos professores; compreender em que medida, a educação inclusiva é contemplada nas diretrizes curriculares para os cursos de formação dos licenciados; e por fim identificar o lugar da educação especial nos currículos dos cursos de licenciatura em História no Piauí.

Para isso, faz-se necessário delimitar um recorte temporal com base na legislação educacional brasileira de 1996, motivado pelas mudanças significativas introduzidas no sistema de educação do Brasil a partir da implementação da mesma, partindo do pressuposto que a definição do recorte temporal estabelece o intervalo histórico que se deseja investigar em relação ao tema, possibilitando uma maior compreensão. Dentre os pontos-chave dessa legislação, merecem destaque a valorização dos profissionais da educação, a garantia do acesso à educação para todos e a definição de diretrizes para a formação de professores. Além disso, foi realizada uma análise dos currículos dos licenciados em História da UFPI, para compreender em que medida a formação de professores tem contribuído para que os profissionais possam acolher, orientar e mediar ações no campo da educação Inclusiva. É válido destacar que inicialmente, o intuito era de uma pesquisa que envolvesse as universidades Estaduais e Federais do estado, contudo o contato com as demais universidades não teve retorno, permanecendo somente o Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB) e o Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), ambos da UFPI. Considerando que os discursos que envolvem a inclusão educacional colocam as Universidades como uma prestadora de serviços que atravessa os níveis e modalidades de ensino, conforme destaca o MEC:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Brasil, Ministério da Educação)⁵

O entusiasmo com relação a vigente pesquisa emergiu a partir do envolvimento e da prática diária com alunos neurodivergentes, que possibilitaram enxergar as lacunas na formação de educadores, tendo em vista que os alunos com deficiência englobam não somente transtornos globais do desenvolvimento, mas também estudantes com déficit e habilidades excepcionais ou talentos extraordinários. Além de ser uma justificativa pessoal, cuja motivação dá-se, especialmente, pelo interesse em estudar e conhecer mais acerca da temática em questão, de modo que seja possível contribuir com a melhoria do ensino de História para os alunos com deficiência, trazendo a pesquisa como um alerta

⁵Informação obtida no portal do MEC, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em 03/02/2024.

para a necessidade de um ensino inclusivo de fato. Somando-se os fatores supracitados, nutriu-se o desejo de desenvolver um estudo mais estruturado a respeito desse assunto.

Em conformidade com o MEC, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) consiste em identificar, planejar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar as barreiras que impedem a participação plena dos alunos, levando em consideração suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa a formação dos alunos, com intuito de trabalhar a autonomia e a independência na escola, bem como fora dela.⁶ São considerados serviços e recursos da Educação Especial aqueles que garantem condições de acesso ao currículo, promovendo a acessibilidade aos materiais didáticos, espaços e equipamentos, sistemas de comunicação e informação, bem como todas as atividades escolares. De acordo com Brasil (2008, p. 3), “as atividades desenvolvidas no AEE diferem das realizadas na sala de aula comum, não substituindo a educação formal”. Portanto, o AEE tem como objetivo promover uma formação educacional e para a vida, buscando a promoção da autonomia além dos limites da escola. Dessa forma, compreende-se que a escola integra a educação especial por meio da educação inclusiva, já que o aluno atendido pelo AEE (no contra turno da escola) é aluno regular da sala de aula da educação básica. Segundo o MEC, “na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (Brasil, 2007).

Assim, cabe salientar que o AEE e a Educação Especial são termos relacionados à educação de indivíduos com necessidades educacionais especiais, no entanto apresentam diferenças sutis quanto ao seu foco e aplicação. Conforme destaca o MEC, a Inclusão Educacional abrange um campo mais amplo, englobando todas as práticas, métodos e recursos desenvolvidos para atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, transtornos de aprendizagem, habilidades elevadas/superdotação, entre outras condições que afetam o desenvolvimento e a aprendizagem. O objetivo dela é promover a inclusão e a igualdade de oportunidades educacionais, adaptando e personalizando o ensino de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.

⁶Informação obtida no portal do MEC, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%20C3%A9%20uma%20turmas%20comuns%20do%20ensino%20regular. Acesso em 16/11/2023.

O AEE⁷ faz parte das estratégias utilizadas no âmbito da Educação Especial, consistindo em oferecer atendimento suplementar ou complementar ao ensino regular, fornecendo serviços especializados de apoio pedagógico e terapêutico para alunos com deficiência. O objetivo desse atendimento é remover obstáculos à aprendizagem e promover a participação plena dos estudantes, utilizando estratégias e recursos que favoreçam seu progresso e desenvolvimento educacional. Enquanto a Educação Especial abrange todas as ações voltadas para uma educação inclusiva, o AEE representa uma das maneiras de implementar essa inclusão por meio de serviços especializados de apoio pedagógico e terapêutico.

Ademais, a estrutura da pesquisa é baseada na documentação educacional, o documento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996), bem como na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), os quais são analisados com o intuito de compreender o que esses documentos retratam acerca da Educação Inclusiva, principalmente no que diz respeito a formação dos licenciados de História na Universidade Federal do Piauí.

Integra-se a isso uma análise realizada no repositório de teses e dissertações da CAPES, a qual teve como base palavras-chaves como: “Formação de Professores”, “Licenciatura de História” e “Educação Inclusiva”. Conseqüentemente, foram encontradas quatro dissertações que envolvem a temática, sendo três delas envolvendo políticas públicas e uma sobre formação de professores. A tabela a seguir apresenta os referidos trabalhos, com título, autor, tipo e ano:

Tabela 01: Levantamento de produção acadêmica sobre o tema

Título	Autor	Tipo	Ano
Políticas públicas de inclusão e a escolarização de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA): perspectivas histórico-políticas do município de duque de Caxias/ RJ.	Joana Da Rocha Moreira	Dissertação	2012

⁷Informação obtida no portal do MEC, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em 03/02/2024.

Produção do sujeito deficiente no contorno das políticas de educação inclusiva e da formação de professores em educação especial.	Denise Ferreira Da Rosa	Dissertação	2016
O impacto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ensino superior.	Rafaella Santiago Sousa	Dissertação	2018
A formação inicial do professor para atuar na educação inclusiva no ensino comum: caracterização político-pedagógica dos cursos de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.	Iracema De Souza Reis	Dissertação	2021

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Dessa forma, constata-se que as produções que versam sobre formação de professores para a Educação Especial ainda se encontram muito tímidas, tendo em vista que apenas quatro trabalhos foram encontrados. Contudo, ao analisar as referidas teses, compreende-se que não há trabalhos que envolvam especificamente um estudo voltado ao professor de História. Quando se trata de formação de professores para educação especial, trata na verdade no âmbito das políticas públicas, como exibe a tabela acima. Os três primeiros trabalhos falam de política pública, ao passo que o último disserta sobre formação de professores, contudo de forma isolada para a área da pedagogia.

isto posto, a pesquisa pretende identificar através da legislação educacional a relação entre educação especial e formação dos professores. Para isso, foi realizado um levantamento da legislação educacional para exibir através dela a conexão entre educação especial e formação de professores, a qual determina que os docentes devem ter a formação adequada para atuar nessa área. A LDB de 1996, por exemplo, estabelece que a formação dos profissionais da educação deve abarcar conhecimentos sobre educação especial. Seguindo a LDB, a educação especial é uma modalidade de ensino voltada para garantir a educação e o atendimento especializado aos alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento global e altas habilidades ou superdotação. Portanto, é essencial que os professores estejam preparados para lidar com as particularidades desses alunos, proporcionando uma educação inclusiva e de qualidade.

Em um segundo momento, a pesquisa pretende compreender em que medida a educação especial é contemplada nas diretrizes curriculares para os cursos de formação dos licenciados, tendo em vista que os componentes curriculares são disciplinas e

atividades realizadas ao longo de um curso, de caráter teórico ou prático. E para isso, será desenvolvida uma análise das diretrizes dos cursos de formação de professores, em especial, dos cursos de licenciatura em História. E por fim, a pesquisa pretende identificar o lugar da educação especial nos currículos dos cursos de licenciatura em História no Piauí. Para tal finalidade, serão explorados os currículos dos cursos de História da UFPI, dos *campis* CSHNB e CCHL. Assim, pode-se destacar que os resultados iniciais da pesquisa apontam que a formação docente para Educação Inclusiva nos cursos de História é realizada de forma pontual – através da disciplina de Libras que, por sua vez, não está articulada à outras disciplinas da formação docente

METODOLOGIA

A organização da pesquisa se fundamenta na documentação educacional, incluindo o documento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os quais são examinados para entender como abordam a Educação Inclusiva, especialmente no que se refere à formação de licenciados em História na Universidade Federal do Piauí. Também foi realizada uma análise no repositório de teses e dissertações da CAPES, utilizando palavras-chave como "Formação de Professores", "Educação Inclusiva". Além disso, analisamos, por meio da legislação educacional, a relação entre a educação especial e a capacitação de professores. Assim, foi realizada uma investigação da legislação vigente, a fim de demonstrar como a educação especial se relaciona com a formação docente. E por fim, examinamos a matriz curricular dos cursos presenciais da UFPI buscando compreender a extensão em que a educação especial está integrada nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de licenciados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diante do contexto educacional contemporâneo, uma questão investigativa fundamental se impõe: qual é a formação recebida pelos professores licenciados, especialmente aqueles dedicados à área de História, para que possam acolher, orientar e mediar de maneira eficaz as diversas ações pedagógicas no campo da inclusão educacional? Esta indagação reveste-se de grande relevância, pois a formação adequada dos docentes é um elemento crucial na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Isso significa que é necessário considerar as particularidades e necessidades de

cada estudante, garantindo que todos tenham a oportunidade de aprender em um ambiente que respeite suas individualidades e favoreça seu desenvolvimento integral.

Para abordar essa temática de maneira aprofundada, utilizaremos uma variedade de documentos educacionais pertinentes, complementados por uma análise bibliográfica de importantes autores e especialistas no tema. Nomes como Paulo Amarante (1995), Rafaella Sousa (2018) e Mônica Kassir (2011) são fundamentais, pois oferecem uma sólida base teórica que nos permitirá explorar a intersecção entre formação docente e inclusão educacional. Esses estudiosos discutem não apenas os desafios enfrentados pelos professores, mas também as estratégias e metodologias que podem ser adotadas para promover um ambiente mais inclusivo, enfatizando a importância de um preparo específico para lidar com a diversidade no espaço escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desfecho da pesquisa expõe uma análise detalhada da legislação educacional brasileira, com o objetivo de compreender a educação enquanto um direito universal. Através dessa investigação, buscou-se entender como as normas e diretrizes estabelecidas influenciam a formação de educadores e o acesso à educação inclusiva. Após essa análise inicial, foi realizada uma investigação mais específica que envolveu a análise documental dos regimentos e decretos da Universidade Federal do Piauí (UFPI), focando nos aspectos pedagógicos institucionais. Além disso, foram examinados os Projetos Pedagógicos dos cursos presenciais de História da UFPI, localizados nos campi CSHNB e CCHL, para identificar como esses documentos refletem ou não as diretrizes relacionadas à inclusão educacional.

Os resultados obtidos revelam que a formação docente direcionada para a Educação Inclusiva nos cursos de História é, na verdade, bastante limitada e se dá de forma pontual, sendo oferecida basicamente por meio da disciplina de Libras. Contudo, esta disciplina não está articulada com outras matérias que compõem a formação docente, o que fragiliza a formação integral dos futuros educadores. Além disso, as reflexões e discussões acerca da Educação Inclusiva não são abordadas de maneira transversal nas disciplinas, como é o caso da metodologia do ensino de História, da didática e da avaliação. Essa ausência de uma abordagem integrada nas questões curriculares dos Projetos Pedagógicos dos cursos analisados reforça nossa hipótese de que os professores licenciados não recebem a formação necessária para lidar com os desafios da Educação

Inclusiva, especialmente considerando o contexto educacional atual que demanda um olhar mais atento e inclusivo para a diversidade presente nas salas de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tem como objetivo examinar a posição da Educação Inclusiva na formação de futuros professores de História no Piauí, abordando a evolução histórica da inclusão educacional no Brasil e as discussões contemporâneas sobre legislação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e políticas públicas. O estudo destaca a importância do movimento antimanicomial, iniciado na década de 1980, que buscou a desinstitucionalização e a humanização do tratamento das pessoas com deficiência, promovendo a integração dessas pessoas nas escolas e ressaltando a necessidade de formação específica para educadores em virtude do aumento de alunos neurodivergentes.

As investigações apontam que as mudanças necessárias na formação docente, políticas e currículos das instituições de ensino superior ainda não foram plenamente implementadas. Dessa forma, há uma crescente demanda por uma abordagem renovada e prática no ensino, que permita aos professores desenvolverem habilidades para atender a diversidade em sala de aula. Assim, a capacitação de educadores se destaca como um aspecto crucial para a eficácia da Educação Inclusiva, enfatizando que a formação deve ir além da teoria, integrando experiências práticas. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de licenciatura em História da UFPI mostram diferenças significativas na abordagem da formação inclusiva. O PPC do CCHL, de 2023, menciona "Educação Especial" de maneira recorrente, enquanto o CSHNB, de 2007, ignora as questões de inclusão, evidenciando lacunas na formação de professores.

A pesquisa conclui que é essencial adotar uma visão mais integrada que introduza discussões sobre inclusão nas disciplinas da licenciatura em História. Por fim, reforça-se a importância de continuar investigando a formação de educadores voltada para a inclusão, uma vez que o ambiente educacional está em constante transformação. Promover a educação inclusiva é um direito fundamental que demanda esforços coletivos para ser efetivado nas salas de aula. Assim, é urgente que as Instituições de Ensino Superior ampliem a discussão sobre esse tema, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

REFERÊNCIAS

AMARANTE P, coordenadores. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1995.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Reflexões sobre o ensino de História**. Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2012.

FONSECA, Selva. G. **Fazer e ensina História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. A constituição de saberes pedagógicos na formação inicial do professor para o ensino de história na educação básica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMAO, Nádía Maria Ribeiro and AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírley. **Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar**. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2014, vol.20, n.1 [cited 2020-10-20], pp.117-130.

MOREIRA, Joana da Rocha. **Políticas públicas de inclusão e a escolarização de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA): perspectivas histórico-políticas do município de Duque de Caxias /RJ**. 2019. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu - RJ, 2019.

PAULIN, L. F. e TURATO, E. R.: **Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970^o**. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. 11(2): 241-58, maio-ago. 2004.

PIZZOLI, U. Psychologia Pedagógica. **Revista de Ensino**. Transcrição autorizada pelo autor do Estado de S. Paulo. Ano XIII, n. 3, dez. 1914

REIS, Iracema De Souza. **A Formação inicial do professor para atuar na educação inclusiva No Ensino Comum: Caracterização Político-Pedagógica Dos Cursos De Pedagogia Da Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul**. 2021. (Dissertação de Mestrado em Pós Graduação Em Educação - Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul. 2021.

ROSA, Denise Ferreira da. **Produção do sujeito deficiente no contorno das políticas de educação inclusiva e da formação de professores em educação especial**. 2016. (Dissertação Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria - RS. 2016.

SOUSA, Rafaella Santiago. **O impacto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ensino superior**. 2018. Mestrado em Ciência Política - Universidade Federal Do Piauí. 2018.

Uchôa, M. M. R., & Chacon, J. A. V. (2022). Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. *Revista Educação Especial*, 35, e46/1–18.